



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA

REGULAMENTO

DA

VENDA AMBULANTE

DO

CONCELHO DE CAMINHA

1982

REGULAMENTO DA VENDA AMBULANTE

ARTIGO 1º

1. A venda ambulante de produtos e mercadorias passa a reger-se, no concelho de Caminha, pelo Dec.-Lei n.º 122/79, de 8 de Maio, e pelas disposições do presente regulamento.
2. Para os fins do presente regulamento, são considerados vendedores ambulantes os que:
 - a) Transportando as mercadorias do seu comércio, por si ou por qualquer outro meio adequado, as vendam ao público consumidor pelos lugares do seu trânsito;
 - b) Fora dos mercados municipais e em locais demarcados por esta Câmara Municipal, vendam as mercadorias que transportem, utilizando na venda os seus meios próprios ou outros que à sua disposição sejam postos por esta Câmara Municipal;
 - c) Transportando a sua mercadoria em veículos, neles efectuem a respectiva venda, quer pelos lugares do seu trânsito, quer em locais fixos, demarcados por esta Câmara, fora dos mercados municipais;
 - d) Utilizando veículos automóveis ou reboques, neles confeccionam, na via pública ou em locais para o efeito determinados por esta Câmara, refeições ligeiras ou outros produtos comestíveis preparados de forma tradicional.
3. O exercício da venda ambulante é vedado às sociedades, aos mandatários e aos que exerçam outra actividade profissional, não podendo ainda ser praticado por interposta pessoa.
4. Exceptuam-se do âmbito da aplicação do presente regulamento a distribuição domiciliária efectuada por conta de comerciantes em estabelecimento fixo, a venda de lotarias, jornais e outras publicações periódicas.

ARTIGO 2º

Na exposição e venda dos produtos do seu comércio, deverão os vendedores ambulantes utilizar individualmente tabuleiros de dimensões não superiores a 1m x 1,20 e colocados a uma altura mínima de 0,40m do solo, salvo nos casos em que os meios para o efeito postos à disposição por esta Câmara ou o transporte utilizado justifiquem a dispensa do seu uso, competindo, porém, à Câmara Municipal, mediante pedido formulado pelo interessado, dispensar o cumprimento do estabelecido relativamente à venda ambulante que se revista de características especiais.

ARTIGO 3º

É interdito aos vendedores ambulantes:

- a) Impedir ou dificultar por qualquer forma o trânsito nos locais destinados à circulação de veículos e peões;
- b) Impedir ou dificultar o acesso aos meios de transporte público e às paragens dos referidos veículos;

- c) Impedir ou dificultar o acesso a monumentos e a edifícios públicos ou privados, bem como o acesso ou exposições dos estabelecimentos comerciais ou lojas de venda ao público;
- d) Lançar no solo quaisquer desperdícios, restos, lixo ou outros materiais susceptíveis de pejarem ou conspurcarem a via pública.

ARTIGO 4º

- 1. Os tabuleiros, bancadas, pavilhões, veículos, reboques ou quaisquer outros meios utilizados na venda de verão conter afixada, em local bem visível ao público, a indicação do nome, morada e número do cartão do respectivo vendedor.
- 2. Os tabuleiros, balcões ou bancadas utilizados para a exposição, venda ou arrumação de produtos alimentares deverão ser construídos de material resistente a traços ou sulcos e facilmente laváveis.
- 3. Todo o material de exposição, venda, arrumação ou depósito deverá ser mantido em rigoroso estado de asseio e higiene.

ARTIGO 5º

- 1. O vendedor ambulante deverá fazer-se acompanhar, para apresentação imediata às entidades da fiscalização, de cartão de vendedor ambulante devidamente actualizado, previsto no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 122/79.
- 2. O cartão de vendedor ambulante será emitido e renovado por esta Câmara Municipal, o qual será válido apenas para a área deste concelho e para o período de um ano, a contar da data da emissão ou renovação.
- 3. Para lhes ser passado o cartão de vendedor ambulante, deverão os interessados apresentar, na Câmara Municipal, requerimento, elaborado em impresso próprio, conforme modelo aprovado por despacho do Ministro da Administração Interna e, bem assim, a autorização prévia para o exercício da actividade.
Do requerimento deverá constar:
 - a) A identificação do interessado;
 - b) A indicação da situação pessoal no que concerne à sua profissão actual ou anterior;
 - c) Habilitações;
 - d) Emprego ou desemprego;
 - e) Invalidez ou assistência;
 - f) Composição, rendimento e encargos do respectivo agregado familiar.
- 4. A indicação da situação pessoal dos interessados, poderá ser dispensada em relação aos que tenham exercido, de modo continuado, durante os últimos três anos, a actividade de vendedor ambulante.
- 5. A renovação anual do cartão de vendedor ambulante, se os interessados desejarem continuar a exercer essa actividade, deverá ser requerida até 30 dias antes de caducar a respectiva validade.

6. O cartão de vendedor ambulante será pessoal e intransmissível.

ARTIGO 6º

1. Na falta de comunicação da decisão da Câmara Municipal no prazo de 30 dias, considerar-se-á que o pedido de cartão de vendedor ambulante foi deferido, substituindo-se este, pelo duplicado do requerimento, com recibo de apresentação do original.
2. O prazo fixado no número anterior é interrompido pela notificação do requerente para suprir eventuais deficiências do requerimento ou da documentação junta, começando a correr novo prazo a partir da data da recepção, nesta Câmara Municipal, dos elementos pedidos.

ARTIGO 7º

1. Os vendedores ambulantes de outros concelhos, mas que exerçam regularmente a sua actividade, quer nos dias de feira, quer fora deles, deverão requerer à Câmara Municipal deste concelho a sua inscrição cadastral, sujeitando-se às disposições estabelecidas no presente regulamento.
2. Ficam igualmente sujeitos às normas deste regulamento os vendedores ambulantes que se presuma ser a primeira vez que exercem a sua actividade.

ARTIGO 8º

1. Dentro da área das vilas de Caminha e de Vila Praia de Âncora é permitida a venda ambulante de mercadorias e artigos regionais “Artesanato”, apenas nos recintos das feiras e em local devidamente sinalizado pela Câmara Municipal.
2. Para outros locais, poderá a Câmara Municipal, a requerimento dos interessados, estabelecer zonas, de conformidade com a legislação em vigor e tendo em conta o interesse comercial local.

ARTIGO 9º

Os vendedores ambulantes só podem exercer o seu comércio, quando devidamente autorizados, nos dias e horas especificados para os estabelecimentos que vendem artigos congêneres, com observância das disposições legais vigentes.

ARTIGO 10º

1. Os indivíduos que intervenham no condicionamento, transporte ou venda de produtos alimentares serão, obrigatoriamente, portadores do boletim de sanidade, nos termos da legislação em vigor.
2. Sempre que se suscitem dúvidas sobre o estado de sanidade do vendedor ou qualquer dos indivíduos referidos no número anterior, serão estes intimados a apresentar-se à autoridade sanitária competente, para inspecção.

3. Os vendedores ambulantes deverão comportar-se com civismo nas relações com o público.

ARTIGO 11º

1. Fica proibido, neste concelho, o comércio ambulante dos seguintes produtos:
 - ⇒ Carnes verdes, ensacadas, fumadas e enlatadas e miudezas comestíveis;
 - ⇒ Bebidas, com excepção de refrigerantes e águas minerais quando nas suas embalagens de origem, da água e dos preparados com água à base de xaropes e do referido na alínea d) do n.º 2 do artigo 1º;
 - ⇒ Medicamentos e especialidades farmacêuticas;
 - ⇒ Desinfectantes, insecticidas, fungicidas, herbicidas, parasiticidas, raticidas e semelhantes;
 - ⇒ Sementes, plantas e ervas medicinais e respectivos preparados;
 - ⇒ Móveis, artigos de mobiliário, colchoaria e antiguidades;
 - ⇒ Tapeçarias, alcatifas, carpetes, passadeiras, tapetes, oleados e artigos de estofador;
 - ⇒ Aparelhagem radioelétrica, máquinas e utensílios eléctricos ou a gás, candeeiros, lustres, seus acessórios ou partes separadas, e material para instalações eléctricas;
 - ⇒ Instrumentos musicais, discos e afins, outros artigos musicais, seus acessórios e partes separadas;
 - ⇒ Materiais de construção, metais e ferragens;
 - ⇒ Veículos automóveis, reboques, velocípedes com ou sem motor e acessórios;
 - ⇒ Combustíveis líquidos, sólidos e gasosos, com excepção do petróleo, álcool desnaturado, carvão e lenha;
 - ⇒ Instrumentos profissionais e científicos e aparelhos de medida e verificação, com excepção das ferramentas e utensílios semelhantes de uso doméstico ou artesanal;
 - ⇒ Material para fotografia e cinema e artigos de óptica, oculista, relojoaria e respectivas peças separadas ou acessórios;
 - ⇒ Borracha e plásticos em folha ou tubo ou acessórios;
 - ⇒ Armas e munições, pólvora e quaisquer outros materiais explosivos e detonantes;
 - ⇒ Moedas e notas de banco.
2. Nas vilas de Caminha e de Vila Praia de Âncora, fica proibida a venda ambulante de peixe fresco ou salgado.

ARTIGO 12º

1. No transporte, arrumação, exposição e arrecadação dos produtos é obrigatório separar os alimentares dos de natureza diferente, bem como, de entre cada um deles, os que de algum modo possam ser afectados pela proximidade dos outros.
2. Quando não estejam expostos para venda, os produtos alimentares devem ser guardados em lugares adequados à preservação do seu estado e, bem assim, em condições higio-sanitárias que os protejam de poeiras, contaminações ou contactos que de qualquer modo possam afectar a saúde dos consumidores.

3. O vendedor, sempre que lhe seja exigido, terá de indicar às entidades competentes para a fiscalização o lugar onde guarda a sua mercadoria, facultando o acesso ao mesmo.
4. Na embalagem ou acondicionamento de produtos alimentares só pode ser usado papel ou outro material que ainda não tenha sido utilizado e que não contenha desenhos, pinturas ou dizeres impressos ou escritos na parte interior.

ARTIGO 13º

Não são permitidas, como meio de suggestionar aquisições pelo público, falsas descrições ou informações sobre a identidade, origem, natureza, composição, qualidade, propriedades ou utilidade dos produtos expostos à venda.

ARTIGO 14º

1. Os preços terão de ser praticados de conformidade com a legislação em vigor.
2. É obrigatória a afixação, por forma bem visível para o público, de letreiros, etiquetas ou listas indicando os preços dos produtos, géneros e artigos expostos.

ARTIGO 15º

1. O vendedor ambulante deverá fazer-se acompanhar das facturas ou documentos equivalentes comprovativos da aquisição dos produtos para venda ao público, contendo os seguintes elementos:
 - a) O nome e domicílio do comprador;
 - b) O nome ou denominação social e a sede ou domicílio do produtor, grossista, retalhista, leiloeiro, serviço alfandegário ou outro fornecedor dos quais haja sido feita a aquisição e, bem assim, a data em que esta foi efectuada;
 - c) A especificação das mercadorias adquiridas, com indicação das respectivas quantidades, preços e valores líquidos, descontos, abatimentos ou bónus concedidos e ainda, quando for caso disso, das correspondentes marcas, referências e número de série.
2. A venda ambulante de artigos de artesanato, frutas, produtos hortícolas ou quaisquer outros de fabrico ou produção próprios fica sujeita às disposições do presente regulamento, com excepção do preceituado no número anterior deste artigo.

ARTIGO 16º

A Câmara Municipal poderá restringir, condicionar ou proibir a venda ambulante, tendo em atenção os aspectos higio-sanitários, estéticos e de comodidade para o público.

ARTIGO 17º

1. As infracções ao disposto no Decreto-Lei n.º 122/79, de 8 de Maio, e no presente regulamento são punidas com as seguintes multas:

- a) De 1.000\$00 – por infracção ao n.º 3 do artigo 1º (exercício de venda ambulante por conta de outrem);
 - b) De 500\$00 – por infracção ao artigo 2º (no que diz respeito às medidas e colocação dos tabuleiros);
De 750\$00 – (quando haja falta de tabuleiros não dispensados);
 - c) De 500\$00 – por infracção às alíneas a), b) e c) do artigo 3º;
De 750\$00 – por infracção à alínea d) do mesmo artigo;
 - d) De 500\$00 – por infracção aos n.ºs 1 e 2 do artigo 4º;
De 1.000\$00 – por infracção ao n.º 3 do mesmo artigo;
 - e) De 500\$00 – por infracção ao n.º 1 do artigo 5º (quando não se faça acompanhar, para apresentação imediata do cartão de vendedor ambulante);
 - f) De 7.500\$00 – por infracção ao n.º 2 do artigo 5º e ao n.º 1 do artigo 6º (exercício da actividade vendedor ambulante sem autorização válida e utilização do duplicado do requerimento para comprovar a autorização tácita para o exercício da mesma actividade, nos casos em que o pedido tenha sido indeferido);
 - g) De 250\$00 – por infracção ao n.º 5 do artigo 5º (requerer a renovação da validade do cartão de vendedor ambulante fora do prazo);
De 750\$00 – por infracção ao n.º 6 do artigo 5º (utilização do cartão de vendedor ambulante pertencente a outrem);
 - h) De 500\$00 – por infracção ao artigo 8º (exercer a actividade de vendedor ambulante fora dos locais autorizados);
 - i) De 500\$00 – por infracção ao artigo 9º (exercer a actividade para além do horário estabelecido);
 - j) De 1.000\$00 – por infracção ao n.º 1 do artigo 10º (falta de cartão de sanidade);
De 500\$00 – por infracção ao n.º 3 do mesmo artigo 10º (comportamento incorrecto nas relações com o público);
 - k) De 1.000\$00 – por infracção ao artigo 11º;
 - l) De 1.000\$00 – por infracção ao artigo 12º;
 - m) De 500\$00 – por infracção ao artigo 13º;
 - n) De 500\$00 – por infracção ao artigo 14º;
 - o) De 500\$00 – por infracção ao n.º 1 do artigo 15º (falta de documentos comprovativos da aquisição dos produtos).
2. Nos casos das infracções referidas no número anterior, poderão ser apreendidos ao infractor os instrumentos da contravenção, móveis ou semoventes e mercadorias, os quais caucionarão a responsabilidade do mesmo.

ARTIGO 18º

1. A prevenção e acção correctiva sobre as infracções às normas constantes do Decreto-Lei n.º 122/79, de 8 de Maio, bem como do presente regulamento e legislação conexa, são da competência da Direcção Geral da Fiscalização Económica, da Inspecção do Trabalho, da Guarda Nacional Republicana, da Guarda Fiscal, das autoridades sanitárias e das demais entidades policiais, administrativas e fiscais.
2. Sempre que, no exercício das funções referidas no número anterior, o agente fiscalizador tome conhecimento de infracções cuja fiscalização seja da

competência específica de outra autoridade, deverá participar a esta a respectiva ocorrência.

ARTIGO 19º

1. Cabe às entidades referidas no artigo anterior exercer uma acção educativa e esclarecedora dos interessados, podendo, para a regularização de situações anómalas, fixar prazo não superior a trinta dias, sem prejuízo do disposto em legislação especial.
2. Considera-se regularizada a situação anómala quando, dentro do prazo fixado pela entidade fiscalizadora, o interessado se apresente na sede ou posto indicado na intimação com os documentos ou objectos em conformidade com a norma violada.

Câmara Municipal de Caminha, 15 de Junho de 1982.

Aprovado provisoriamente pela Câmara Municipal em sua reunião extraordinária do dia 21 de Junho de 1982.

Aprovado por maioria absoluta em sessão da Assembleia Municipal do dia 17 de Julho de 1982.